



A nova história política

The new politic history

Fabício Ferreira Medeiros

Mestrando em História

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

fabricao.f.medeiros@hotmail.com

Recebido em: 26/09/2017

Aprovado em: 18/12/2017

RESUMO: A partir da década de 1970, se desenvolveu um processo significativo de renovação da história política, corrente de estudos que até então sofria acusações de todo tipo, senão a indiferença de diversos historiadores. O interesse pela política foi, finalmente, revigorado, consoante a influência de circunstâncias exteriores a produção histórica e diante de mudanças de perspectivas germinadas dentro da própria historiografia, em especial, de origem francesa. Ao revisar a historiografia desse processo, pretende-se identificar as contribuições teóricas e suas principais características que nos inclina a falar não de qualquer História, mas de uma *nova* história política. Sugere-se que a atual história política se encontra renovada em relação à *história política tradicional*, de modo que foi ampliada a noção de poder, seu objeto privilegiado.

Palavras-chave: História política, Historiografia, Poder.

ABSTRACT: Since 1970 it was developed a significant renovation process of politic history, current of studies that until then suffered all kind of accusations or the indifference of several historians. The interesting about politic was, finally, revigorated, according to the influence of exterior circumstances of historic production and against changes of perspectives generated inside of historiographic, specialty, from France. By reviewing the historiographic of this process, it is intended to identify theoretical contributions and its principal characteristics that lead us to talk not just about any history, but the new politic history. It is suggested that the actual politic history is renewed in relation to the traditional politic history, so that it was enlarged the notion of power, its privileged object.

Keywords: Politic history, Historiographic, Power.



Introdução

Hoje seria difícil argumentar que a história política não goza de prestígio. Em diálogo com a Ciência Política ou com a Psicanálise, próxima da história social ou em parceria com a história do imaginário, nos interstícios entre a longa e a curta duração, ela retornou do ostracismo a que foi relegada, apresentando-se, porém, resignificada. O Estado não é mais seu objeto privilegiado, muito menos os “grandes homens”, as guerras e os fenômenos militares - embora também não se abra mão de estudá-los. A história política, dentro e fora da historiografia francesa, tem se apresentado mais interessada nas diversas formas assumidas pelo poder, considerando-se não apenas seu caráter repressivo, mas inclusive o simbólico; sem que se recuse sua capacidade de coagir, mas observando-se seu potencial de produzir sentidos, parâmetros para a ação individual e coletiva dos homens.

Ao se desenvolver uma revisão bibliográfica, ainda que seletiva e limitada, acerca do movimento de renovação da história política, propõe-se apontar seus principais fundamentos teóricos, bem como as tendências de sua produção mais recente, no que concerne aos objetos de estudo, aos conceitos-chave, enfim, às novas perspectivas e aos problemas colocados pelos historiadores que se dedicam ao estudo do campo político. Sugere-se que o processo que reabilita a esfera política no debate historiográfico não indica somente um “retorno” da história política. Na verdade, seu resgate envolve algo mais. Trata-se de uma história política diferente daquela praticada por historiadores do século XIX e início do século seguinte. É uma história nova, reformulada, resignificada, sinal de uma reação e indício da necessidade de adaptar-se a pesquisa às questões do tempo vivido pelo historiador.

Da história política tradicional aos *Annales*

Se for verdade que o “retorno” à política, na década de 1970, surgiu como reação ao determinismo economicista, cuja ênfase recaía nas estruturas em detrimento do agir humano e dos fenômenos políticos,¹ nota-se que o movimento de renovação historiográfica iniciado com os *Annales* teve sua origem na crítica sistematizada contra a concepção de história vigente até então, chamada de história política tradicional,² história metódica ou científica,³ história erudita ou

¹ JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Dir.). **História: novas abordagens**. Tradução Henrique Mesquita; rev. téc. Dirceu Lindoso e Theo Santiago. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995. p. 181-196; GOMES, A. M. C. Política: História, Ciência, Cultura etc. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, 1996, p. 58-84; BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. Tradução Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997; TÉTART, Philippe. **Pequena história dos historiadores**. Tradução Maria Leonor Loureiro. Bauru, SP: EDUSC, 2000; REIS, J. C. **Escola dos Annales – a inovação em história**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

² FALCON, F. J. C. História e Poder. In: CARDOSO, C. F. S. e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 61-89.



simplesmente positivista.⁴

A história se consolidou como disciplina autônoma no século XIX, sendo, contudo, entendida como uma modalidade específica de história política,⁵ cujo representante maior foi o historiador alemão Leopold von Ranke. Entre as principais características do paradigma da história política tradicional, destaca-se: 1) a centralidade do Estado-nação, de revoluções e eventos militares, tais como guerras e batalhas localizadas; 2) o foco nos atos dos “grandes homens”, ou seja, em estadistas e líderes militares quando não em personagens eclesiásticos;⁶ 3) a aspiração a ser objetiva, científica, buscando-se narrar o passado humano com a maior fidedignidade possível aos fatos, através de seu encadeamento e organização, do levantamento e da crítica sistemática dos documentos; 4) a primazia dos documentos oficiais como critério para se produzir uma história científica⁷ – daí a tendência a privilegiar os relatos das autoridades, bem como seus interesses particulares; e 5) como corolário da busca pela objetividade, um desprezo pela história do tempo presente ou contemporânea.⁸ Para os historiadores da escola alemã do oitocentos, só era possível ser objetivo com o devido recuo no tempo, na tentativa de resgatar um “passado morto”, para o qual não se encontrassem mais testemunhos vivos.⁹

Ainda que com as devidas especificidades locais, esse modelo deitou raízes no Brasil, na medida em que se ajustou aos interesses das autoridades que visavam à formação de uma “unidade nacional”, em meados do século XIX. Com o objetivo de construir uma história do Brasil e de sua nação, promotora do espírito nacional e possibilitadora da construção de uma identidade brasileira - ainda que orientada por valores europeus -, o Estado imperial reuniu diversos intelectuais, agrupando-os no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - caso de

³ _____. **Pequena história dos historiadores.**

⁴ REIS, J. C. **A História entre a Filosofia e a Ciência.** São Paulo: Editora Ática, 1996; _____. **Escola dos Annales – a inovação em história.**

⁵ TÉTART. **Pequena história dos historiadores;** BARROS, José D’Assunção. História Política: dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e o imaginário. **Escritos**, Tocantins, v. 1, 2008;

MENDONÇA, Sonia R. de; FONTES, V. História e teoria política. In: CARDOSO, C. F. S. e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Novos domínios da história.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 55-71.

⁶ BORGES, V. H. F. P. História e Política: laços permanentes. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 12, nº 23/24, setembro de 1991-agosto de 1992, p. 6-18; BURKE. **A Escola dos Annales (1929-1989):** a Revolução Francesa da historiografia; TÉTART. **Pequena história dos historiadores;** REIS. **A História entre a Filosofia e a Ciência;** REIS. **Escola dos Annales – a inovação em história;** RÉMOND, René. Uma História Presente. In: _____. (Org.). **Por uma história política.** Tradução de Dora Rocha. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003a. p. 13-36.

⁷ _____. **A História entre a Filosofia e a Ciência;** _____. **Escola dos Annales – a inovação em história;** _____. **Pequena história dos historiadores;** _____. História e teoria política.

⁸ _____. **Pequena história dos historiadores.**

⁹ BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: _____. (Org.). **A Escrita da história: novas perspectivas.** Tradução Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992. p. 7-38; NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Dir.). **História: novos problemas.** Tradução Theo Santiago. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995. p. 179-193; FALCON. História e Poder; FERREIRA, M. M. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v. 94, nº 3, maio-jun. 2000. p. 111-124.



Varnhagen -, para elaborar uma história oficial própria aos interesses da elite política brasileira.¹⁰ Portanto, no Brasil também foram seguidos os princípios da história política tradicional, com a primazia do Estado enquanto sujeito histórico, a ênfase na narrativa (sem problematização) de certos acontecimentos, nos personagens mais preeminentes e nos eventos militares.¹¹

Mas tal concepção de história não pôde vigorar: a perspectiva elitista, factual, particularista e oficial não atendeu aos problemas suscitados pela ascensão do movimento operário, ou pelo advento das massas no campo político, expresso na conquista do sufrágio universal. E a partir de 1929, data de criação da revista francesa dos *Annales*, como reação à história política tradicional, foi dado o ponto de partida para um amplo movimento de renovação da historiografia, responsável por impor o declínio daquela concepção de história: era um custo a ser pago, devido a sua denunciada obsolescência.¹²

Segundo José Carlos Reis,¹³ os historiadores dos *Annales* - com destaque inicial dos fundadores: Marc Bloch e Lucien Febvre - trouxeram como principais contribuições para a disciplina a transformação da concepção de tempo histórico, que passou a ser pautada pelo conceito de “longa duração”, desenvolvido posteriormente por Braudel; o diálogo com as Ciências Sociais (Geografia, Economia, Psicologia, Antropologia etc.), ou seja, a elaboração do conhecimento histórico norteado pela interdisciplinaridade, pelo rompimento de fronteiras entre as referidas ciências. Além disso, os pesquisadores reunidos sob a revista francesa contribuíam com a ampliação e a multiplicação dos objetos de estudo. Reformularam métodos e técnicas de análise e lançaram a perspectiva de uma história-problema, que deveria orientar o pesquisador no que tange à seleção de fontes, métodos, técnicas, recorte temporal e espacial, hipóteses, ou seja, no que diz respeito à formulação de todo o corpo teórico da investigação. Nas palavras de Reis,

É o problema posto que dará a direção para o acesso e construção do corpus necessário à verificação das hipóteses que ele terá suscitado. A história-problema devolve ao historiador a liberdade na exploração do material empírico. O fato histórico não está presente ‘bruto’ na documentação. O historiador não é um colecionador e empilhador de fatos. Ele é um construtor, recortador, leitor e intérprete de processos históricos. [...]

Portanto, a grande renovação teórica propiciada pela reconstrução do tempo histórico pelos *Annales* foi a história-problema. [...] Nela, o historiador sabe que escolhe seus objetos no passado e os interroga a partir do presente. Ele explicita a sua elaboração conceitual, pois não pretende se apagar na pesquisa, em nome

¹⁰ _____. História e Política: laços permanentes.

¹¹ GOMES. Política: História, Ciência, Cultura etc.

¹² BORGES. História e Política: laços permanentes; FALCON. História e Poder; REIS. **Escola dos Annales – a inovação em história**; RÉMOND. Uma História Presente.

¹³ _____. **Escola dos Annales – a inovação em história**.



da objetividade.¹⁴

De qualquer forma, o surgimento, seguido da consolidação institucional dos *Annales*, se deu em oposição à valorização da política, associada prontamente ao paradigma positivista que prevalecia na academia até as primeiras décadas do século XX: uma confusão de métodos com seu objeto. Ao que se lê em Jacques Julliard, historiador francês dedicado a identificar os primeiros passos desse movimento de retorno da política, não é difícil perceber os motivos do desprezo dos *Annales* pela história política tradicional. A caracterização não poderia ser mais negativa. Conforme sintetiza o autor:

A história política é psicológica e ignora os condicionamentos; é elitista, talvez biográfica, e ignora a sociedade global e as massas que a compõem; é qualitativa e ignora as séries; o seu objetivo é particular e, portanto, ignora a comparação; e narrativa e ignora a análise; é idealista e ignora o material; é ideológica e não tem consciência de sê-lo; é parcial e não o sabe; prende-se ao consciente e ignora o inconsciente; visa os pontos precisos, e ignora o longo prazo; em uma palavra, já que esta palavra tudo resume na linguagem dos historiadores, é uma história *factual*.¹⁵

No que pese as críticas de Fernand Braudel sobre essa vertente historiográfica “atenta ao tempo breve, ao indivíduo e ao acontecimento”, de “narração precipitada, dramática” e “de pouco fôlego”,¹⁶ há historiadores que relativizam o esquecimento da política como campo de investigação,¹⁷ destacando uma série de obras publicadas quando da vigência do modelo estruturalista (c. 1946-1968). Trata-se de trabalhos dedicados ao estudo de fenômenos políticos, em parte ou em sua totalidade¹⁸, mas também de outros tipos de produções dedicadas a representar o passado humano, como textos predominantemente narrativos e biográficos. Isso sem contar que os eventos políticos permaneciam como opção privilegiada para a periodização em história, na avaliação de Julliard.¹⁹

De qualquer forma, é inegável que a história política perdeu seu protagonismo frente a uma nova concepção de história, na qual a economia, ao lado do social, foi tomada como a esfera mais significativa de explicação do passado humano, na busca de questões a que se pudesse analisar em sua regularidade e permanência.²⁰ A tendência ao determinismo da economia e das estruturas sobre o agir humano foi responsável por conter a política em posição inferior, por

¹⁴ _____. **Escola dos Annales – a inovação em história**, p. 24 e 25.

¹⁵ JULLIARD. *A política*, p. 180-181.

¹⁶ BRAUDEL, Fernand. *A longa duração*. In: _____. **História e Ciências Sociais**. Tradução Rui Nazaré. 6 ed. Lisboa: Editorial Presença, 1990. p. 9.

¹⁷ FALCON. *História e Poder*.

¹⁸ BURKE. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**.

¹⁹ _____. *A política*.

²⁰ TÉTART. **Pequena história dos historiadores**; REIS. **Escola dos Annales – a inovação em história**.



alimentar seu desprezo no conjunto do campo histórico.²¹ No entanto, esta tendência, que pode ser representada pelos estudos de Braudel, também foi sucedida no tempo, de modo que a partir da década de 1970 se iniciou um processo de transformação historiográfica. Foi dessa maneira que promoveu-se, dentre outras coisas, o “retorno”, a “resignificação”, a “refundação” ou a “ressurreição” da história política.

A nova história política

O contexto histórico e as novas perspectivas historiográficas

O contexto de renovação da história política é marcado pela expansão da ação do Estado, ou seja, pelo aumento da participação das instituições públicas nos mais variados espaços sociais. Para René Rémond, historiador francês considerado pioneiro no movimento de renovação da história política, a história sofreu as influências do “ambiente intelectual e político”, dado “o advento da democracia política e social, o impulso do movimento operário”, bem como “a difusão do socialismo” em diversas partes do globo.²² Já no entendimento de Maria Helena Capelato, atenta à realidade da América Latina e do Brasil, “o deslocamento da revolução para as rebeliões políticas e culturais produziu um tipo de revisão historiográfica que acabou privilegiando os estudos sobre os movimentos sociais, grupos minoritários e cultura”.²³ Na síntese de Rémond,²⁴ compreende-se que a história política não poderia mais ser ignorada, pois as questões suscitadas pelo tempo histórico exigiram sua reabilitação:

À medida que os poderes públicos eram levados a legislar, regulamentar, subvencionar, controlar a produção, a construção de moradias, a assistência social, a saúde pública, a difusão da cultura, esses setores passaram, uns após os outros, para os domínios da história política. Com isso desabou a principal objeção a esse tipo de história: como sustentar ainda que o político não se refere às verdadeiras realidades, quando ele tem por objeto geri-las?²⁵

A conjuntura política de meados do século XX em diante contribuiu para que os historiadores passassem a repensar sua própria concepção de história, pois nessas condições seria difícil negar a importância social do estudo do campo político. O político, visto como “um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social”, na

²¹ BORGES. História e Política: laços permanentes; _____. A política; _____. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia; _____. História e Poder; _____. Escola dos Annales – a inovação em história.**

²² RÉMOND. Uma História Presente, p. 19.

²³ CAPELATO, M. H. R. História política. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, 1996. p. 162.

²⁴ Para Tétart, a coletânea *Pour une histoire politique*, dirigida por Rémond e publicada pela primeira vez na França, em 1988, surgiu como uma espécie de manifesto da nova história. A obra “apresenta a historiografia, a metodologia, as problemáticas do objeto político (eleições, partidos, associações, biografia, opinião, mídia, lingüística, idéias, religião, guerra) e comprova o dinamismo intelectual, científico e universitário (teses) dos novos enfoques”. _____. **Pequena história dos historiadores**, p. 127.

²⁵ _____. Uma História Presente, p. 24.



definição de Pierre Bourdieu,²⁶ “o lugar onde se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica onde a experiência coletiva se enraíza e se reflete ao mesmo tempo”, nas palavras de Pierre Rosanvallon,²⁷ surgiu como esfera privilegiada da produção histórica, na medida em que sua expansão exigiu a atenção do historiador.

De outro lado, nota-se que o movimento de resignificação da história política estabeleceu uma “ponte” de continuidade com a tradição dos *Annales*, na medida em que teve como um de seus traços característicos a interdisciplinaridade.²⁸ Ao dialogar com a Ciência Política, a Psicanálise, a Sociologia ou com a Antropologia, mas também ao se aproximar de outras correntes historiográficas, tais como a história cultural e a história social, os historiadores do político não só tiraram esse campo do ostracismo como, inclusive, renovaram suas problemáticas, multiplicaram os objetos, enfim, o reabilitaram, valendo-se de novas perspectivas historiográficas.

A apropriação de conceitos marxistas, quer oriundos de Gramsci (hegemonia, bloco histórico, Estado ampliado, intelectuais tradicionais e orgânicos),²⁹ quer de Althusser (autonomia relativa, sobredeterminação, aparelhos ideológicos de Estado),³⁰ bem como a incorporação de noções gestadas, sobretudo, na Antropologia e na Filosofia, permitiram a transformação da história política, que não mais se identifica com a concepção tradicional de poder, essencialmente repressor.

Buscando adaptar-se a uma nova concepção de tempo histórico, a nova história política não se confundiu com a chamada *histoire événementielle* (história factual), historizante e de “pouco fôlego”. Tanto é que diversos autores ressaltaram a necessidade de os historiadores do político lidarem com a longa duração, não somente com as mudanças, mas também com as permanências, considerando-se o diálogo entre o tempo curto e o tempo mais longo.³¹ Para tanto, destacam-se as pesquisas sobre: as eleições, a opinião pública, as ideias políticas ou sobre a cultura política, conforme sugerem Rémond,³² Jean-Jacques Becker,³³ Michel Winock³⁴ e Serge Berstein,³⁵

²⁶ BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n° 5, Brasília, janeiro-julho de 2011, p. 194-195.

²⁷ ROSANVALLON, Pierre. Por uma História Conceitual do Político. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n° 30, 1995, p. 12.

²⁸ BORGES. História e Política: laços permanentes; JULLIARD. A política; BARROS. História Política: dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e o imaginário; BARROS, José D’Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004; RÉMOND. Uma História Presente; _____ . Por uma História Conceitual do Político; FALCON. História e Poder; TÉTART. **Pequena história dos historiadores**.

²⁹ _____. História e Poder; MENDONÇA; FONTES. História e teoria política.

³⁰ _____. História e Poder; BORGES. História e Política: laços permanentes.

³¹ _____. A política; _____. **Pequena história dos historiadores**; RÉMOND, René. As eleições. In: _____ (Org.). **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003c. p. 37-55.

³² _____. As eleições.



“estudos que dariam enfim à história política uma respiração mais profunda, mais ampla, em lugar da respiração curta a que parecia destinada por causa de sua dedicação aos acontecimentos”, seria possível concluir referindo-se a Julliard.³⁶

No caso da noção de cultura política, é possível argumentar que sua apropriação é de fundamental importância para o conhecimento histórico, haja vista que seu estudo permite desvendar a adoção de determinado comportamento político, tomado em sua dimensão individual e coletiva, e assim

[...] compreender as motivações dos actos dos homens num momento da sua história, por referência ao sistema de valores, de normas, de crenças que compartilham, em função da sua leitura do passado, das suas aspirações para o futuro, das suas representações da sociedade, do lugar que nele têm e da imagem que têm da felicidade.³⁷

Ao se aproximar a história cultural da história política, e vice-versa, a apropriação do conceito de cultura política permite ao historiador “recuperar o político através do estudo da tradição, das sobrevivências, das continuidades que atravessam a ideologia, o pensamento, a mentalidade dos governantes, dos grupos dominantes”, sem deixar de lado as pessoas anônimas, “bem como as representações do poder expressas por toda parte”.³⁸ Afirma-se o traço interdisciplinar da resignificação da história política, ao serem combinados conceitos e métodos de diversas disciplinas, a exemplo da Antropologia, da Psicologia e da Sociologia, e ao se analisar as relações “entre os sistemas políticos propriamente ditos e os aspectos imaginários de uma sociedade, seus rituais, práticas, discursos e representações políticas”,³⁹ em uma demonstração de que as fronteiras da política são mais ou menos fluídas, ora dilatando-se seu raio de ação, ora assistindo-se a um recuo.⁴⁰

Deve-se considerar, por fim, que a resignificação da história política é acompanhada: da reabilitação da história do tempo presente ou simplesmente contemporânea, que até então havia

³³ BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Tradução Dora Roha. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 185-211.

³⁴ WINOCK, Michel. As idéias políticas. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 271-294.

³⁵ BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Dir.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 349-363.

³⁶ JULLIARD. A política, p. 185.

³⁷ _____. A Cultura Política, p. 363.

³⁸ CAPELATO. História política, p. 164-165.

³⁹ BARROS. **História Política**: dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e o imaginário, p. 11.

⁴⁰ GOMES. Política: História, Ciência, Cultura etc; RÉMOND, René. Do Político. In: _____. (Org.). **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003b. p. 441-450.



sido desprezada por Braudel e seus seguidores;⁴¹ da narrativa;⁴² de uma “história vista de baixo”,⁴³ “ora preocupada com as grandes massas anônimas, ora preocupada com o ‘indivíduo comum’”,⁴⁴ e do acontecimento.⁴⁵ Este objeto deixou de ser visto como “simples produto” das estruturas e passou a ser ele mesmo considerado potencialmente enquanto “produtor de estrutura”,⁴⁶ como instrumento político fundador de mentalidades,⁴⁷ investido de um valor particular que se relaciona com as diversas significações que os contemporâneos lhes dão.⁴⁸

História e poder

É consenso entre os historiadores que a história política trata necessariamente do poder. História e poder, segundo Francisco Falcon, “são como irmãos siameses”, de modo que “separá-los é difícil”, pois “olhar para um sem perceber a presença do outro é quase impossível”.⁴⁹ E de outro lado, com a política não é diferente, pois esta também está ligada a noção de poder. Portanto, e no essencial, a história política toma como objeto de investigação tudo o que se relaciona com o poder e com a sua devida repartição,⁵⁰ não se restringindo à esfera do Estado. Nessa perspectiva, o poder não se confunde com a “repressão. É tanto repressão quanto persuasão e busca de legitimidade”.⁵¹

Entre os teóricos, com a devida contribuição de Gramsci, foi possível estabelecer relações significativas entre o campo político e a esfera cultural,⁵² ao passo que o desenvolvimento dos conceitos de Estado ampliado e hegemonia tiveram como efeito o deslocamento da primazia do poder exercido sob a forma repressiva, através dos aparatos do Estado (policiais, militares e administrativos), em direção aos diferentes mecanismos de manifestação do poder, como a imprensa, os sindicatos, as escolas etc. Atentos à imensidade de formas assumidas pelo exercício do poder e às disputas políticas, os historiadores do político conseguiram superar o fosso existente entre sociedade civil e sociedade política, buscando os pontos de contato entre ambas,

⁴¹ DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. **Tempo e Argumento**, Florianópolis - SC, v. 4, n. 1, jan.-jun. 2012, p. 5-23.

⁴² STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história. Tradução Denise Bottmann. **Past and Present**, nº 85, nov. 1979, p. 3-24.

⁴³ SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. (Org.). **A Escrita da história: novas perspectivas**. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992. p. 39-62.

⁴⁴ BARROS. **História Política: dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e o imaginário**, p. 5-6.

⁴⁵ NORA, Pierre. **O retorno do fato**.

⁴⁶ JULLIARD. A política, p. 188.

⁴⁷ RÉMOND. Do Político.

⁴⁸ GOMES. Política: História, Ciência, Cultura etc.

⁴⁹ FALCON. História e Poder, p. 61.

⁵⁰ _____. A política.

⁵¹ SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Política. In: _____. **Dicionário de conceitos históricos**. 2 ed. 2 reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009. p. 336.

⁵² BORGES. História e Política: laços permanentes.



entre infraestrutura e superestrutura.

Tendo como referência a *Microfísica do poder*, de Michel Foucault, os historiadores puderam considerar o poder enquanto instância produtora de significados, de sentidos, como força que permeia todo o corpo social sem ter como função exclusiva reprimir.⁵³ Concluiu-se que “o Poder não se encontra necessariamente no aparelho estatal e em outras formas de centralidade política, e nem mesmo exclusivamente no seio das classes dominantes”,⁵⁴ como até então se pensava. “Tratava-se, agora, de localizar nos mínimos espaços sociais as formas pelas quais se multiplicavam poderes que, por um lado, reproduziam as estratégias de dominação e, por outro, criavam novos mecanismos de opressão/subordinação”.⁵⁵

A renovação da história política também se valeu dos estudos de Pierre Bourdieu, cujo *Poder simbólico* chamou a atenção dos historiadores, assim como fizeram Gramsci e Foucault, para a existência de múltiplos mecanismos de reprodução e legitimação do poder. O poder simbólico, na definição de Bourdieu, dada sua relativa invisibilidade, surge diante “daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. Ao ser “ignorado como arbitrário”, esse poder, ainda que sutilmente, permite “constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, desse modo, a acção sobre o mundo [...]”.⁵⁶

Portanto, ao dialogar com outras disciplinas e ao se apropriar de seus conceitos, reformulando-os, em alguns casos, a história política se viu renovada, resignificada, como salienta Borges,⁵⁷ não mais se definindo por seus objetos tradicionais: o Estado, os eventos militares, as ações de líderes eclesiásticos e os feitos de grandes personagens. Ampliou-se a noção de poder, examinado sob formas “culturais, midiáticas, linguísticas, ideológicas e representacionais sob as quais os agentes significam suas existências”.⁵⁸ E por outro lado, o tratamento temporal passou a considerar a dialética entre mudanças e permanências, entre a curta e a longa duração. O fato foi investido de valor próprio, ao ser encarado como produtor de estrutura, fundador de mentalidades e no geral apropriado e vivenciado pelos contemporâneos.

O poder investido de caráter simbólico (Bourdieu), em seu aspecto “positivo” e micro, exercido através de organizações hospitalares, do controle sobre o corpo e a sexualidade, por

⁵³ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 25 ed. São Paulo: Graal, 2012.

⁵⁴ BARROS. História Política: dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e o imaginário, p. 10.

⁵⁵ MENDONÇA; FONTES. História e teoria política, p. 58.

⁵⁶ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz (português de Portugal). 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 7-8 e 14.

⁵⁷ BORGES. História e Política: laços permanentes.

⁵⁸ _____. História e teoria política, p. 60.



meio do discurso (Foucault), como força e consenso, capacidade de direção intelectual e moral, ou melhor, visto enquanto elemento do exercício da hegemonia (Gramsci) que atravessa todo um imaginário social,⁵⁹ é o que pode caracterizar, essencialmente, a nova da história política. É verdade que o historiador do político se apropria de forma seletiva de tais conceitos, se aproximando mais de um teórico do que de outro, mas em todo caso fica evidente que a noção de poder foi ampliada, superada a concepção da política em sua forma macro, presa ao Estado, cuja implicação direta foi “restringir o âmbito do ‘político’ quanto ao ‘social’ [...]”.⁶⁰ As fronteiras do político foram dilatadas nitidamente na historiografia e na própria sociedade. Essa perspectiva deve ser encarada como um dos grandes avanços da nova história política.

A importância da história política

Ao revisar o que podemos chamar de historiografia da história política contemporânea e constatar a existência de uma série de relações que o campo político possibilita estabelecer com os demais campos ou esferas sociais, a exemplo da economia e da cultura, será possível argumentar que este tipo particular de história está em declínio ou que pouco importa para o conjunto da pesquisa e do conhecimento históricos, se comparado com outras correntes historiográficas? Penso que não.

Apesar de o político operar enquanto campo autônomo, ele não deixa de interagir com outras esferas sociais: “O político não constitui um setor separado [...]”,⁶¹ pois é um campo de interdição “onde se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica onde a experiência coletiva se enraíza e se reflete ao mesmo tempo”.⁶² E certamente o político, na perspectiva do controle do Estado, é cada vez mais “o espaço último da decisão, como o nível onde todas as disputas sociais se decidem [...]”.⁶³

O político adquire importância na medida em que não existe por si só, articulando-se com a religião, a cultura e o cotidiano etc.. Porém, ao mesmo tempo, “o político é o lugar de gestão da

⁵⁹ Segundo Bronislaw Baczko, a imaginação social corresponde a uma rede de sentidos, signos e representações que os homens constroem para melhor interpretar o mundo a sua volta, em outras palavras, para torná-lo inteligível, ao mesmo passo que buscam se comunicar, enquanto coletividade, e fixar parâmetros ou códigos para a ação em sociedade. A construção de imaginários implica uma atividade que não se confunde com a mera abstração de ideias. Pelo contrário, trata-se de produzir sentido e legitimidade a determinados tipos de relações sociais, que se expressam em ordens de “hierarquia, dominação, obediência, conflito etc.” BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund [et al.]. **Anthropos-Homem**. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p. 296-314, p. 309.

⁶⁰ BOBBIO, Norberto. Política. In: _____; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Vol. 2. 11 ed. Tradução Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mónaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacais e Renzo Dini; coord. da trad. João Ferreira; rev. ger. João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cacais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 954-962.

⁶¹ RÉMOND, René. Uma História Presente, p. 35-36.

⁶² ROSANVALLON. Por uma História Conceitual do Político, p. 12.

⁶³ BORGES. História e Política: laços permanentes, p. 14.



sociedade global, ele dirige em parte as outras atividades; define seu *status*, regulamenta seu exercício”.⁶⁴ Relaciona-se com as demais atividades sociais, mas essa relação não se dá com ambos os lados tendo o mesmo peso, pois o político se apresenta como a expressão máxima do poder, dotado de uma lógica própria de funcionamento por meio do qual é possível reunir as influências econômica, ideológica e repressiva, ou política no sentido *stricto*, salienta Norberto Bobbio.⁶⁵ Assim, mais correto do que “saber se a história política pode ser inteligível”, deve se questionar a possibilidade de “existir uma inteligibilidade da história, fora da referência ao universo político”.⁶⁶

A revisão da história política atesta a importância que este campo tem para a História enquanto disciplina acadêmica e instrumento de conhecimento. Ainda são os eventos políticos que definem a periodização da história e da história do Brasil, em particular. Sua dilatação, de outro lado, impõe aos historiadores a apropriação de novos métodos e conceitos, a (re)formulação de novos problemas que possam satisfazer às exigências da nova história e, principalmente, às questões sociais passíveis de reflexão sistematizada. Os trabalhos que tomam como objeto o poder se multiplicam, como se multiplicam as relações entre a política e outros campos e ciências. Política e cultura, política e sociedade, política e economia, política e religião; História e Antropologia, História e Ciência Política, História e Sociologia... O repertório da história política não se esgota, pelo contrário, se torna mais dinâmico, dilatado, consistente teoricamente e mais válida deve ser a sua exploração. Embora a análise seja sucinta, pode-se dizer que este é o “estado da arte” da nova história política.

⁶⁴ RÉMOND. Do Político, p. 447.

⁶⁵ BOBBIO. Política.

⁶⁶ JULLIARD. A política, p. 184.